



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15553 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: APONTAMENTOS A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL EM SALVADOR.

João Max Conceição de Oliveira - UNEB - PPGED - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: APONTAMENTOS A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL EM SALVADOR.

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, sobre inclusão escolar na educação básica em duas escolas públicas estaduais de Salvador. O estudo envolve estudantes com deficiência e transtornos diversos e busca compreender as dinâmicas da educação inclusiva nas instituições analisadas. Fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade, a pesquisa, intitulada "Inclusão Escolar na Educação Básica: Análise das Tensões na Escola Pública Estadual em Salvador", explora conflitos emergentes no ambiente escolar, conforme relatos de docentes, funcionários e gestores. O objetivo principal é analisar criticamente o processo de inclusão escolar na rede estadual de educação básica em Salvador, destacando as contradições e desafios enfrentados.

Os objetivos específicos são:

- a. Averiguar os avanços e entraves no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência sensorial, físico-motora, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como sua articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas

- escolas;
- b. discutir como a presença de pessoas com deficiência interfere na dinâmica e no cotidiano da escola, explorando a relação inclusão/exclusão e suas tensões;
 - c. evidenciar manifestações de preconceito e resistência ao processo de inclusão escolar, suas configurações, origens e implicações, com o intuito de possibilitar enfrentamentos emancipatórios.

A pesquisa se baseia em dois documentos essenciais: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e as Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia (Brasil, 2017). O primeiro guia estados e municípios na implementação de ações inclusivas nos sistemas de ensino, enquanto o segundo orienta as escolas na Bahia conforme a política nacional. O foco está na análise da implementação dessas políticas nas escolas da Bahia. Inclusão Escolar implica garantir uma educação acessível a todos, respeitando suas diferenças e assegurando sua permanência na educação. Este princípio é respaldado pela Constituição Brasileira de 1988 e por documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994).

É importante distinguir entre os conceitos de educação inclusiva, educação especial e inclusão escolar. A Educação Especial, inicialmente separada do ensino regular e focada em instituições especializadas, foi integrada à educação regular após a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, oferecendo suporte especializado conforme as necessidades individuais. A Inclusão Escolar, inicialmente um movimento para integrar alunos com deficiência na escola comum, evoluiu para a Educação Inclusiva, que propõe transformações estruturais nas escolas e na sociedade, promovendo um ambiente educacional acolhedor para todos, conforme Mattos (2021).

Os resultados preliminares da pesquisa indicam esforços institucionais para a inclusão, mas também desafios como a falta de recursos materiais e humanos adequados, formação insuficiente em educação inclusiva para professores, dificuldades na adequação curricular e na criação de um ambiente inclusivo para todos os estudantes. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa inclui entrevistas semiestruturadas com docentes, discentes, funcionários e gestores escolares, além de análise documental e observações no campo.

O desenvolvimento do estudo abordará os seguintes tópicos: itinerário da pesquisa, achados da pesquisa e panorama da educação inclusiva em Salvador. Os resultados e discussões serão detalhados na seção "Pontos Sensíveis", seguidos de considerações finais e referências.

2 DESENVOLVIMENTO

No contexto educacional brasileiro, a inclusão é considerada um direito fundamental à educação de qualidade para todos, incluindo estudantes com deficiência. Esta pesquisa é baseada em documentos normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e as Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia (2017), que orientam as práticas escolares. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e utiliza o estudo de caso como abordagem. Envolve entrevistas semiestruturadas, observações, questionários para caracterização das unidades de ensino e análise de documentos, como atas de reuniões e o projeto político-pedagógico.

As escolas selecionadas diferem na presença de salas de recursos multifuncionais, o que permite analisar as tensões e desafios específicos em cada contexto. A pesquisa enfatiza a importância de lidar com preconceito e resistência à inclusão escolar, promovendo um ambiente educacional mais igualitário. Além de descrever as realidades encontradas, o trabalho propõe reflexões críticas e ações para melhorar a implementação das políticas de inclusão. Em suma, a tese em desenvolvimento visa não apenas analisar o estado atual da inclusão escolar em Salvador, mas também contribuir para a construção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo, fundamentado na Teoria Crítica da Sociedade e na educação inclusiva.

2.1 Itinerário da pesquisa

A pesquisa investiga os desafios diários enfrentados por estudantes em escolas, como preconceito, desigualdade social e a falta de políticas públicas eficazes. Utiliza documentos fundamentais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), as Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia (Brasil, 2017), e a Teoria Crítica da Sociedade, apoiada por autores que estudam inclusão. Busca promover ações que melhorem a sociedade, especialmente no que diz respeito ao acesso e permanência de pessoas com deficiência em um sistema educacional inclusivo e de qualidade. Com base na Teoria Crítica da Sociedade, a pesquisa visa possibilitar a emancipação humana e a produção de uma consciência verdadeira, conforme Adorno (1995, p.141).

O estudo enfatiza a relevância dos direitos humanos contemporâneos, como o acesso equitativo à educação para todos, independentemente de suas circunstâncias. Identifica os desafios diários enfrentados por estudantes e busca promover mudanças tangíveis nas escolas, como o uso de recursos didáticos apropriados e a sensibilização dos educadores para acolher a diversidade.

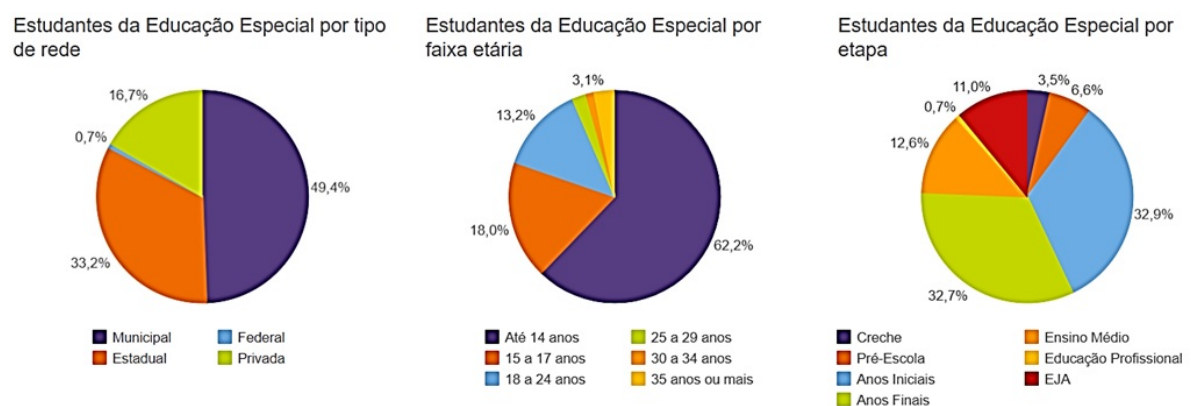
Diretrizes internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), fortalecem esses direitos. A pesquisa intenta contribuir para um debate esclarecedor sobre a inclusão educacional e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e intervenções práticas nas escolas, direcionadas em pessoas com deficiência sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Examina áreas críticas como administração, aprendizado, equipe, comunidade, infraestrutura, materiais e recursos, todas fundamentais para a criação de uma escola inclusiva e para identificar necessidades de mudanças estruturais e de atitudes. A Educação Inclusiva exige esforços contínuos para assegurar os direitos humanos de todos os estudantes, promover sua dignidade e plena participação na sociedade por meio de práticas educacionais mais equitativas e justas.

2.2 Achados da pesquisa

Para preservar a privacidade, as escolas mencionadas são referidas como Escola 1 e Escola 2. A Escola 1, fundada em 1954 pelo Exército, expandiu sua estrutura ao longo dos anos e é reconhecida pela qualidade de ensino e segurança. Localizada no bairro do Cabula, Salvador, a escola valoriza as raízes socioculturais locais e é inclusiva com estudantes com deficiência. Oferece ensino fundamental II e destaca-se regionalmente em inclusão educacional, apesar dos desafios comuns enfrentados pelas escolas públicas na Bahia.

A Escola 2, fundada em 1979, foi a primeira a oferecer ensino médio na região do Cabula. Com uma ampla infraestrutura, enfrenta dificuldades na educação inclusiva devido à falta de recursos. A gestão busca apoio da Secretaria da Educação para melhorar o atendimento a pessoas com deficiência.

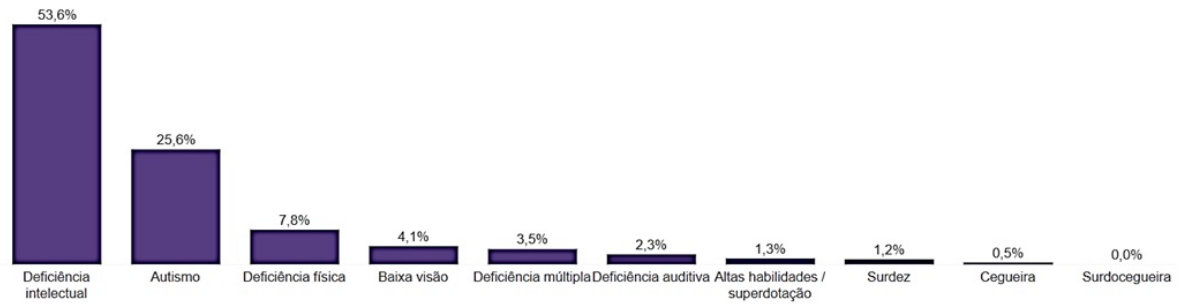
Figura 1 – Panorama da Educação Especial em Salvador



Fonte: <https://diversa.org.br/indicadores> (2022)

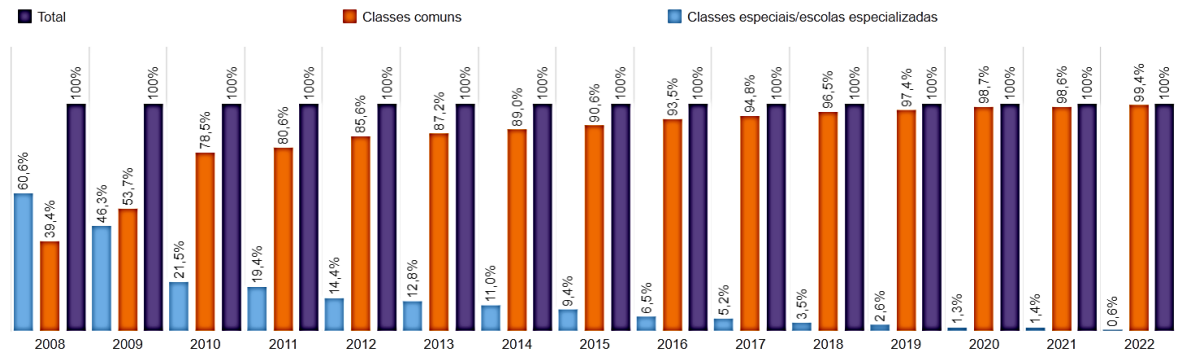
Figura 2 – Matrícula por tipo de deficiência

Estudantes da Educação Especial por tipo de deficiência



Fonte: <https://diversa.org.br/indicadores> (2022)

Figura 3 – Matrículas por tipo de classe



Fonte: <https://diversa.org.br/indicadores> (2022)

A análise dos dados revela que a maioria dos alunos com deficiência matriculados nas escolas possui deficiência intelectual (53,6%) ou autismo (25,6%). O aumento nas matrículas desses grupos sugere uma mudança na percepção social sobre a inclusão escolar. Observa-se também uma redução nas classes especiais e um aumento nas matrículas em classes comuns nos últimos quinze anos, refletindo uma mudança positiva na inclusão educacional. A diminuição no Atendimento Educacional Especializado (AEE) a partir de 2018, especialmente durante a pandemia, é um fenômeno que merece investigação.

Durante a pandemia (2020-2021), a alta taxa de aprovação, apesar das dificuldades de acesso à internet, indica uma necessidade urgente de melhorar a infraestrutura educacional para garantir a participação de todos os estudantes.

3 RESULTADOS / PONTOS SENSÍVEIS

A seguir, são apresentados os pontos sensíveis identificados a partir das entrevistas com uma funcionária da secretaria, uma professora e a diretora geral da Escola 1.

A primeira entrevistada foi uma funcionária da secretaria da Escola 1, formada em Licenciatura em Pedagogia com especialização em Educação Inclusiva. Ela acredita que a pós-graduação que está cursando amplia sua

compreensão sobre particularidades das pessoas com deficiência, suas limitações e potencialidades. Destaca a importância da formação contínua para melhorar o atendimento aos estudantes acompanhados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como para professores e responsáveis. Embora não tenha observado manifestações explícitas de descontentamento ou incômodo na comunidade escolar em relação aos estudantes com deficiência, notou dificuldades em compreender as limitações dos discentes atendidos pelo AEE.

Sobre as relações sociais dos alunos com deficiência, a funcionária menciona um certo distanciamento e receio de aproximação, apesar de reconhecer casos positivos de interação. Enfatiza a necessidade de ações para promover a inclusão escolar, sugerindo a realização de atividades para estudantes com e sem deficiência e a promoção de informações e convivência contínua. Ela acredita que a formação e qualificação são essenciais para a inclusão, envolvendo todos os setores da escola, desde a portaria até os professores em sala de aula. Destaca que compreender questões relacionadas à deficiência exige sensibilidade e conhecimento por parte de pais e profissionais. Sua experiência pessoal com pessoas com deficiência a motivou a buscar mais estudos, incluindo uma pós-graduação na área. Ressalta a importância de recursos multifuncionais e profissionais capacitados para o desenvolvimento adequado das atividades. Quando questionada sobre o distanciamento de alguns professores com formação específica em educação especial, atribui isso ao possível desinteresse ou à percepção de trabalho adicional.

A segunda entrevistada foi a professora de Língua Portuguesa, graduada em Letras Vernáculas – Português e Inglês, com especializações em História Afro-Brasileira, Indígena e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ela relatou descontentamento entre funcionários e professores em relação aos estudantes com deficiência, atribuindo isso à falta de preparo e ao desconhecimento sobre como lidar com a diversidade na escola. Destaca que a formação específica é crucial para os professores que desejam oferecer uma educação de qualidade para todos, incluindo os estudantes com deficiência. Enfatiza que o desejo de promover uma educação inclusiva é fundamental para o sucesso dessas práticas.

Sobre as relações sociais entre estudantes com e sem deficiência, a professora menciona o desconhecimento como um fator de distanciamento, mas acredita que o desejo de inclusão pode facilitar aproximações. Ela aponta que a escola oferece orientações contínuas aos docentes sobre como lidar com os estudantes com deficiência e destaca a importância da sala de recursos multifuncionais como um espaço seguro para o desenvolvimento desses estudantes.

A terceira entrevistada foi a diretora geral da Escola 1, graduada em Pedagogia, com pós-graduações em Gestão Escolar e Educação Especial. Ela menciona que, ao longo de sua carreira, sempre lidou com estudantes com deficiência. Destaca a importância da formação em Educação Especial para promover reflexões críticas e ações inclusivas na escola. Relata que a escola inicialmente possuía uma sala de apoio ao surdo, substituída posteriormente pela Sala de Recursos Multifuncionais para atender à demanda crescente de estudantes com diversas deficiências e transtornos. A gestora observa resistência ao processo de inclusão por parte de alguns professores, que ela atribui à falta de formação específica e, possivelmente, a questões financeiras. Apesar das tensões perceptíveis, a escola promove ações para acolher os estudantes com deficiência.

Assim, os pontos sensíveis identificados nas entrevistas ressaltam a importância da formação continuada, do desejo pessoal de inclusão e do apoio estrutural, como as salas de recursos multifuncionais, para promover uma educação inclusiva na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou aspectos cruciais da inclusão escolar na educação básica em escolas públicas estaduais de Salvador. A análise dos resultados preliminares revelou um panorama de avanços e desafios significativos na implementação de políticas inclusivas para estudantes com deficiência e transtornos diversos. Embora haja esforços institucionais visíveis para promover a inclusão, esses esforços são frequentemente limitados por obstáculos como a escassez de recursos materiais e humanos adequados, além de deficiências na formação dos professores em educação inclusiva. Manifestações de preconceito e resistência ao processo de inclusão também surgiram como temas relevantes, refletindo tensões no ambiente escolar que demandam abordagens sensíveis e proativas.

A partir dos dados coletados e das reflexões proporcionadas pelas entrevistas, fica evidente que a promoção de uma educação inclusiva requer não apenas adaptações curriculares e estruturais, mas também uma transformação profunda nas atitudes e práticas educacionais. Isso inclui a valorização da formação continuada dos educadores, o fortalecimento de ações como as salas de recursos multifuncionais, e a promoção de uma cultura escolar inclusiva que celebre a diversidade em todas as suas formas.

O caminho para uma educação inclusiva é uma jornada contínua de aprendizado e transformação, fundamentada no respeito aos direitos humanos e na promoção da igualdade de oportunidades para todos os estudantes,

independentemente de suas características individuais. Este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas da inclusão escolar em contextos específicos e para o desenvolvimento de ações que possam efetivamente transformar as estruturas educacionais, vislumbrando um futuro mais justo e inclusivo para a educação básica em Salvador e além.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inclusão, Deficiência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2017. 148 p. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em 10 de junho de 2024

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2024.

BRASIL. **Indicadores educacionais**. MEC-INEP, 2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/indicadores/>. Acesso em 11 de junho de 2024.

MATTOS, N, M. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ambiguidades conceituais e suas consequências para a efetivação de uma escola inclusiva. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. Salvador, v. 6, n.1, p. 37-43, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v6i1.1111>